

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
XXXXXXX VARA CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA  
DO XXXXXXXX.**

**Autos do Processo: XXXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, qualificado nos autos em epígrafe, vem, por intermédio da Defensoria Pública do DF, perante V. Exa., com fulcro no art. 600 do Código de Processo Penal, apresentar as suas **RAZÕES DE APELAÇÃO**, requerendo para tanto, sejam estas recebidas e encaminhadas à apreciação do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, quando se espera na instância *ad quem* a reforma da *decisum*.

Termos em que  
Pede e espera deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público (a)**

---

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE  
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E  
TERRITÓRIOS.**

**COLEDA TURMA CRIMINAL,**

**EMÉRITOS JULGADORES,**

**RAZÕES DE APELAÇÃO**

**RELATÓRIO**

**I- DOS FATOS:**

O recorrente foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de desacato (art. 331, caput, do CP).

Narra a exordial acusatória que no dia **xx/xx/xxxx**, por volta de **x horas**, na **delegacia tal**, **FULANO DE TAL**, com vontade livre e consciente, desacatou funcionário público no exercício de sua função.

Ainda de acordo com a denúncia ministerial, o apelante, sob o efeito de bebida alcoólica, encontrava-se na frente de uma churrascaria causando tumulto, motivo pelo qual foi conduzido até a delegacia por uma guarnição da polícia militar. Chegando ao interior da delegacia, o apelante teria cuspidado na mão do Delegado **FULANO DE TAL**.

Denúncia recebida em **xx/xx/xxxx** (fl. **nº**).

Resposta preliminar do recorrente apresentada em **xx/xx/xxxx** (fl. **nº**).

Durante a instrução processual fora ouvida a testemunha **FULANO DE TAL** (fl. **nº**). O ilustre Ministério Público requereu a substituição da testemunha **FULANO DE TAL** pelo delegado de polícia **FULANO DE TAL**, bem como insistiu na oitiva da testemunha **FULANO DE TAL**, o que foi deferido (fl. **nº**), tendo sido designado o dia **xx/xx/xxxx** para continuação da instrução.

Ainda em sede de instrução processual, colheram-se as informações prestadas pelo delegado de polícia **FULANO DE TAL** (fl. **nº**), bem como o depoimento da testemunha **FULANO DE TAL** (fl. **nº**).

Ao comparecer em cartório e ser intimado, em **xx/xx/xxxx**, o apelante foi interrogado (fl. **nº**).

Em suas alegações finais (fls. **nº**), a acusação ministerial requereu a procedência da pretensão punitiva deduzida, a fim de que o recorrente fosse condenado como incurso nas penas do artigo 331, do Código Penal.

Em sede de alegações finais, por memoriais (fls. **nº**), a defesa postulou pela absolvição do réu, nos termos do artigo 386, inciso III ou VI, do Código de Processo Penal.

A sentença sobreveio em **xx/xx/xxxx** (fls. **nº**), tendo o apelante sido condenado à pena de 09 (nove) meses de detenção, em regime inicial aberto.

O juiz não substituiu a pena privativa de liberdade por restritivas de direito e nem à suspensão da execução da pena, previstas, respectivamente, nos artigos 44 e 77 do Código Penal, alegando para tanto que o apelante possui antecedentes, além de recentemente ter sido denunciado por crime de roubo, o que revela não ser a medida socialmente adequada e suficiente para reprovação do delito.

Diante da condenação, inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação em **xx/xx/xxxx** (fl. **nº**), por ora arrazoadado.

Em breve escorço, é o relatório da Defensoria Pública.

## **II- DO DIREITO:**

### **II.1 - DA ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE- ART. 386, INCISO III OU VI, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.**

Em síntese, o e. Juiz de primeiro grau, ao proferir r. sentença, afastou a tese defensiva de absolvição do recorrente por atipicidade do delito, alegando o seguinte (fl. **nº**):

“[...] Alega a defesa ausência de dolo específico de desacatar o agente público, por estar o réu embriagado e exaltado no momento do fato. Como sabido, a falta de consciência na conduta criminosa em decorrência de embriaguez voluntária não afasta a responsabilidade penal do agente (art. 28, inciso II, do Código Penal). A embriaguez voluntária e exaltação de ânimo não retiram a consciência do agente para a prática da conduta. In casu, não se vislumbra estado de inconsciência do réu, mas ao contrário está patente que tinha pleno discernimento do que praticara. Com efeito, a vítima (fl. **nº**) asseverou que o réu, no momento em que cuspiu, não estava mais tão alcoolizado, e que, inclusive, sabia o que estava fazendo, pois assinou devidamente o termo de compromisso que lhe fora entregue. No mesmo sentido, a testemunha **FULANO DE TAL** (fl. **nº**) asseverou que o réu não aparentava estado de embriaguez, quando cuspiu no policial. A corroborar a plena consciência do acusado, ele próprio, em seu interrogatório, disse que não estava embriagado (fl. **nº**). Dessa forma, rechaço a pleito absolutório, e sendo o conjunto

probatório forte e coeso, provada a autoria e a materialidade, a condenação é medida de império. [...]"

No entanto, cumpre esclarecer que tal argumento proferido não se adequa ao caso em comento, haja vista que é clara a atipicidade do delito em tela, tendo em vista a embriaguez do recorrente, senão vejamos:

Em sede de instrução judicial, o delegado de polícia **FULANO DE TAL** assim afirmou perante o juiz (fl. nº):

"[...] que o acusado foi levado a DP pela polícia militar; que segundo os policiais o acusado portava um estilete e causava tumulto próximo a um estabelecimento comercial; **que o acusado estava bastante embriagado**; que quando foi autuá-lo por causar tumulto **e embriaguez**, entregou um papel ao mesmo, este cuspiu no termo de compromisso que também atingiu a mão do declarante [...]" [grifou-se]

Já a testemunha **FULANO DE TAL** assim relatou em juízo (fl. nº):

"[...] que foram acionados por policiais para irem até a DP, pois tinha um autuado reclamando que estava passando mal; que lá chagaram, verificaram a pressão do mesmo e verificaram também que ele não precisava ser levado até o hospital; que depois chegou um policial que foi explicar os procedimentos ao rapaz, e então este desferiu uma cusparada no policial; que o rapaz chegou a juntar o cuspe na boca para dar uma cusparada; **que não percebeu naquele momento sintoma de embriaguez no rapaz**. [...]" [grifou-se]

Em seu depoimento, a testemunha **FULANO DE TAL** afirmou "que dado o tempo decorrido, não se recorda dos fatos denunciados." (fl. nº).

Veja, o depoimento das testemunhas é contraditório. Enquanto o delegado de polícia **FULANO DE TAL**, ora vítima no presente caso, alega estar o apelante fortemente embriagado, a testemunha **FULANO DE TAL** informa em seu depoimento que o apelante não apresentava sinais de embriaguez. Já a testemunha **FULANO DE TAL** declara ao se recordar do fato.

Diante disso, percebe-se claramente a intenção das testemunhas em desfavorecer o apelante. Este se encontrava de fato embriagado, porém verifica-se que as testemunhas tinham a intenção de distorcer esta informação, a fim de que fosse imputada ao apelante a penalização da conduta criminosa.

Além disso, infere-se nos autos, em sede de depoimento do delegado de polícia que, no momento do delito, o apelante estaria sendo autuado por **tumulto e embriaguez**. Sendo assim, é certo considerar que o apelante estava de fato embriagado.

E, levando-se em consideração do apelante, verifica-se que este não deve ser penalizado pela sua conduta.

É certo que a embriaguez do recorrente, no momento da prática do fato, revela-se de todo incompatível com o elemento subjetivo especial do tipo penal em análise. O especial fim de agir fica excluído pela embriaguez, pois esta impede a plena consciência do indivíduo quanto ao seu desejo específico de humilhar ou desprestigiar o funcionário público no exercício de suas funções.

Destarte, impõe-se reconhecer que o estado etílico do denunciado no momento da realização da conduta, exclui o especial fim de agir, o que provoca a atipicidade do fato.

O elemento subjetivo da conduta em tela é o dolo, consubstanciado no "agir", uma vez que o agente tem por objetivo desrespeitar ou desprestigiar a função pública exercida pela vítima. **O dolo é específico.**

A embriaguez, ainda que voluntária, retira do autor o ânimo necessário à configuração do elemento subjetivo especial do tipo, ou seja, o fim de menosprezar a Administração Pública. O acórdão abaixo ilustra claramente esse posicionamento:

"[...] DESACATO. EMBRIAGUEZ DO AGENTE. AUSÊNCIA DE INTENÇÃO EM OFENDER E/OU DESACATAR A AUTORIDADE. DOLO ESPECÍFICO EXIGIDO PELO TIPO LEGAL. **A embriaguez do agente, ainda que voluntário, afasta a tipificação da conduta prevista no art. 331 do código penal (crime de desacato), pois despoja o agente da plena integridade de suas faculdades psíquicas, excluindo o elemento subjetivo do tipo ou o "'dolo específico'", que é a intenção de ofender, menosprezar, humilhar funcionário público que se encontra no exercício da função ou em razão dela [...].**" (TJMG. Rel. Des. Herculano Rodrigues. Data do acórdão: 07/08/2003) [grifou-se]

Assim, basta que o agente esteja embriagado para que não exista o delito, inexistindo análise de sua capacidade intelecto-volitiva na ocasião do fato.

Ante o exposto, não resta configurada neste caso a prática do

crime de desacato do apelante **FULANO DE TAL**, o que impõe sua absolvição.

## **II.2 - DA DOSIMETRIA DA PENA.**

Ao aplicar a pena-base ao apelante em sua r. sentença, o Juiz assim proferiu:

“[...] A culpabilidade não ultrapassa aquela própria do tipo penal. Analisando sua FAP, que nesta data determinei juntada, verifica-se que registra condenação transitada pelo crime de furto. Nada de sua conduta social se apurou. Não há elementos para que se afirme desvirtuamento de personalidade. **As circunstâncias lhe são desfavoráveis, pois estava causando tumulto em estabelecimento comercial, inclusive ameaçando pessoas com um estilete, momento em que foi conduzido à delegacia, e lá chegando continuou a agir deliberadamente, de forma inconveniente para o local e ante sua situação, pois gritava e cantava a todo momento, perturbando os trabalhos, e ao receber esclarecimentos sobre a lavratura do termo circunstanciado em seu desfavor, cuspiu no delegado de polícia, o qual estava devidamente identificado, o que revela seu alto desrespeito com a instituição pública e seus agentes.** Os motivos são comuns à espécie. A vítima em nada concorreu para o ilícito. Desse modo, fixo a pena-base para **FULANO DE TAL** em 09 (nove) meses de detenção [...]” [grifou-se]

Perceba que o e. Juiz aumentou a pena do apelante em metade no momento da aplicação da pena-base, afirmando para tanto que as circunstâncias do crime seriam **desfavoráveis ao apelante, tendo em vista o tumulto causado por ele, além do fato de que o mesmo estaria cantando e gritando na delegacia de polícia** a todo o momento, perturbando os trabalhos naquele local.

Ocorre que estes fatos não devem ser considerados como circunstâncias desfavoráveis, haja vista que **são fatos comuns a espécie deste tipo de crime**. Portanto, tais alegações não são motivos para exasperar a pena.

Sendo assim, não há razões para que a pena aplicada ao apelante, em caso de sua condenação, seja imposta acima do mínimo legal, devendo esta ser reformada em seu *quantum* para o mínimo possível, qual seja, 06 (seis) meses de detenção.

## **III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer-se o conhecimento e o provimento do presente recurso para reforma da sentença de 1º grau, para

promover:

- a) A absolvição do apelante, nos termos do art.386, III ou IV, do CPP; ou
- b) A fixação da pena-base do apelante em seu mínimo legal; e

Termos em que  
Pede e espera deferimento

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público (a)**